



REVISTA DE LITERATURA E CULTURA RUSSA

Conatus interruptus

Autor: Gérard Bensussan

Edição: RUS Vol. 12. Nº 18

Data: Abril de 2021

<https://doi.org/110.11606/issn.2317-4765.rus.2021.182823>



Conatus interruptus

Gérard Bensussan*

* Universidade de Strasbourg, Faculdade de Filosofia, Strasbourg, França. <https://philo.unistra.fr/personnes/emerites/gerard-bensussan>

Pode-se determinar a relação da filosofia, de tal e tal filosofia, e mesmo de tal e tal filósofo com a literatura de múltiplas maneiras, o que não poderei fazer exaustivamente aqui. Existem formas inapropriadas. A de Sartre, por exemplo, em sua abordagem de Flaubert, não me soa adequada. Apesar da grandeza e dos mil recursos dialéticos de *O idiota da família*, parece-me que tal abordagem não alcança o movimento que eu gostaria de descrever a respeito da relação entre filosofia e literatura. A questão é gigantesca! Gostaria de entrar na discussão por um caminho particular, que não é o único e está longe de ser o melhor. Tal caminho é importante pelo fato de ter revelado algo relacionado às minhas próprias posições filosóficas – algo que, *a priori*, eu mesmo não tinha a consciência de saber. Frequentemente a literatura está encarregada deste ofício: *revelar ao leitor alguma coisa que ele mesmo não tinha a consciência de saber*. E essa *alguma coisa* aparece e

se enuncia em textos que não guardam nenhuma relação com a filosofia, com a linguagem filosófica, segundo uma heterogeneidade que não difere muito da forma como o grego e o bíblico hebraico foram interpretados por Levinas – o logos e a narração.

A título de uma tese geral, gostaria de colocar a questão da maneira seguinte: a literatura ficcionaliza o real através de uma mimética real do real, criando um excesso sobre o seu “sentido”. A literatura só lida com acontecimentos, sejam eles reais ou fictícios, embora frequentemente apareçam como reais-fictícios – aqui podemos mencionar os debates abertos há cerca de cinquenta anos na França em torno de Serge Doubrovsky e a “autoficção”. Tal como indica o título do ensaio de Aragon, o elemento da literatura é o “mentir-verdadeiro”, ou, ainda melhor, é aquilo que Proust chamou, servindo-se de uma penetrante formulação, de “a verdade romanesca”. E, a não ser para considerá-los acontecimentos extralógicos, como o fez Borges, a literatura não tem nada a ver com possibilidades lógicas. A “realidade dura” da ficção, em particular dentro do romance, *faz-se acontecimento* (fait événement) – e esse fazer-acontecimento não está submetido a uma simples dicotomia do real e do inventado, do verdadeiro e do falso. O acontecimento precede o elemento analítico, o qual só posteriormente poderá lhe fornecer seus significados. Isso sem dizer que, por vezes, essa analítica se torna, ela mesma, parte da narração. O que estou chamando aqui de *acontecimento* coincide com o que designei em outro lugar – precisamente no que diz respeito a Proust – como *involuntário*.¹ Essa subordinação do sentido àquilo que o determina, quer demos a isso o nome de acontecimento, involuntário, corpo, pulsão, afetos ou memórias, é demonstrada pelo romance nas suas inumeráveis combinações químicas – conforme as afinidades eletivas de Goethe. As escrituras romanescas – e seria necessário dizer as coisas de outro modo para a poesia, ainda que Proust tenha feito um arranjo dessas atrações e afinidades sobre uma rubrica que nomeou, em sentido *lato*, de “conhecimento poético” – e, por-

¹ Bensussan, G. *L'Écriture de l'Involontaire: Philosophie de Proust*. Paris: Classiques Garnier, 2020.

tanto, a escritura literária, descreve o efeito, inscreve o acontecimento e o mostra em todas as suas facetas, transcrevendo-o minuciosamente e previamente a toda causa – e não se trata mais nem de um efeito, nem de uma causa, pois toda causalidade linear é invalidada na sequência dos acontecimentos, assim também como toda explicação psicológica. Recordemos a primeira frase de Albertina desaparecida: “como, em psicologia, o sofrimento vai mais longe que a psicologia”. Essa prática em direção a um *mais longe que* é a marca da literatura. Quase sempre tal prática vai também “mais longe” em filosofia que a filosofia.

A literatura e a arte, em geral, *vêm antes* da filosofia, da mesma forma que o real antecede qualquer possibilidade. Lembremos que a tradição metafísica, depois de Aristóteles, determina o real como a atualização do possível. O que é algo lógico. Logicamente, o real parece pressupor um possível que o precederia. Mas, na realidade, o inverso é que é verdadeiro. Pelo fato de preceder qualquer possibilidade, o real é propriamente impossível antes de ser. Por seu caráter de antecipação e surpresa, o real forma uma “efetividade que não pode ser precedida por nenhuma possibilidade”, a expressão de “um existir imemorial”, segundo as palavras de Schelling. É esse o acontecimento que é o material da literatura, das histórias, mitologias, revelações, das narrativas e das agadót de todos os gêneros que atravessam a espécie humana – uma espécie que é essencialmente narrativa. Essas histórias não podem ser antecipadas, não poderiam ser explicadas. Elas apenas se mostram e, desfazendo-se em fios, surpreendem toda tentativa de apropriação pelo conceito.

Não existe causalidade na escritura de um romance. Os afetos e as coisas, os personagens e as suas relações apresentam-se de acordo com a ordem das percepções, das sensações e das impressões, elas mesmas parciais, laterais, múltiplas, as quais deslizam, por assim dizer, umas sobre as outras. Como em nossas vidas, que a filosofia muitas vezes pretende purificar, as ilusões desse ou daquele protagonista, as suas crenças e seus erros de julgamento, a sua teimosia ou estupidez, ou mesmo o oposto disso, a sua inteligência sutil das coisas e dos

seres, tudo isso, esse caos sarapintado de diferenças, nuances e incoerências, não pode ser elucidado por causalidades, apresentado por uma via lógica ou sujeito às concatenações do esclarecimento demonstrativo. As obscuridades desempenham um papel que não é inferior à clareza das evidências. A opacidade não prejudica o romance; ela torna a verdade mais profunda.

Trata-se, efetivamente, de pensar o estatuto e a essência da verdade. Ela forma as múltiplas interfacetadas, se posso me permitir o uso de um tal neologismo, do filosófico e do literário, entre a verdade neutra dos enunciados dogmáticos e as verdades lancinantes dos afetos. Um pensamento pode ser falso, mas uma sensação e uma impressão do corpo jamais o seriam. Dentro de um romance, contrariamente ao que pretende a tradição filosófica dominante, os sentidos não mentem “nunca”. Eles podem muito bem levar ao erro, à perdição, mas tais caminhos e labirintos são verdadeiros. Como podemos ler em incontáveis autores, toda verdade é uma verdade individual, conforme atestam Rousseau, Stendhal, Flaubert, Dostoiévski e Proust – por isso a necessidade do romance. Mas tal proposição, por sua vez pouco precisa, não invalida de forma nenhuma a verdade universal, a verdade dos filósofos. A escritura romanesca permite, por vezes, e sem ter que a questionar, uma aproximação da verdade como fundamento do ser, permitindo mostrar, descrever como o seu aparecer não está relacionado a uma dogmática geral, o que seria “enganoso” – mas a uma disseminação, até mesmo a uma proliferação e desordem. O enigma é a regra. Por exemplo, Alvan Hervey, n’*O retorno*, de Joseph Conrad, encontra-se diante de um enigma absoluto no momento em que sua mulher, a qual desejava abandoná-lo por outro homem, retorna ao domicílio conjugal. Qualquer coisa que ela tenha feito ou desejado fazer é tão absolutamente estrangeiro a tudo o que ele poderia saber dela, a tudo o que ele acreditava saber dessa criatura dócil e previsível, que ele se sente desarmado e confrontado com o abismo de uma incompreensão absoluta, sem mesmo ter jamais suspeitado da possibilidade da existência de tal abismo – que não é somente o da incompreensão diante da infidelidade ou traição, mas o

abismo da existência, a vertigem provocada por uma alteridade incompreensível e inapreensível. É tal como exclamou Dostoiévski: “O que poderia existir de mais fantástico e mais imprevisível do que a realidade?”. Como algo que é contrário à sua própria possibilidade, insistimos, realidade significa um acontecimento imprevisível.

Essa precessão sugere uma dissimetria. A literatura, por ser anterior, não precisa da filosofia, e a sua precedência não aparece como condição ou pré-requisito, mas como a expressão de uma sintonia entre sofrimento e liberdade. Eu me lembro de uma exclamação de Dostoiévski: “Todas essas filosofias estão me matando, o diabo que as carregue!”² Extraordinário *double bind*. Existe na filosofia algo que seguramente “mata” a literatura ou mesmo lhe impõe uma confrontação que é, por vezes, inútil, pesada e funesta. Mas a literatura também possui o poder terrível de mandar ao diabo a filosofia. É o que atestamos a cada página dos romances de Dostoiévski. E no cerne desse poder de prescindir-se da filosofia e mandá-la ao diabo, na sua intimidade subterrânea, não encontramos uma potência filosófica superior, ameaçadora, que viria destruir a filosofia disciplinar ou acadêmica – mas, ao contrário disso, temos uma ignorância, uma fraqueza, uma idiotia, como a do príncipe Mishkin ou, ainda, a de Dimitri Karamazov [e não àquela do seu irmão Ivan], uma “retidão desnecessária”, como a de Liza em *Memórias do Subsolo*.³ Essa ignorância não sabe que sabe, e é isso que a torna “literária” – enquanto a filosofia, na sua humildade simulada e no seu “otimismo” inconfesso, sabe que não sabe, e essa é a razão da sua baixa eficiência: “Hoje, embora *consideremos* o derramamento de sangue uma ignomínia, assim mesmo *ocupamo-nos* com essa ignomínia”,⁴ e procuramos obstinadamente encontrar uma razão para aquilo que não há ou se tem em demasia – a existência da “casa dos mortos”. Sem saber que sabe, essa ignorância furiosa e recalcitrante deterá, talvez, muito mais proximidade com a verdade do que

2 Dostoiévski, F. *Os Irmãos Karamázov*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo : Editora 34, 2016, Livro XI, cap. VI.

3 Dostoiévski, F. *Memórias do Subsolo*. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2001.

4 Ibid. p. 36.

uma simples razão raciocinante. Isso sustenta essa “crítica da razão pura” dostoiévskiana que Chestov acreditou ter descoberto em *Memórias do Subsolo*. Pode-se muito bem ser “fraco” em filosofia, como Dostoiévski afirmou sobre si mesmo, mas a questão toda é afirmar a força do seu amor por ela [a filosofia] não mais como uma razão originada de um “pretexto súbito, exterior”,⁵ mas como o movimento interior de um jogo de crer consigo mesmo: “Talvez eu creia, mas ao mesmo tempo, sem saber por quê”⁶ – como um estremecimento da verdade nas profundezas do subsolo.

Se o amor (da filosofia) é mais forte do que a filosofia (mesmo do amor), é porque o excesso está ausente da razão filosófica. A *carência de excesso*, tal é, a meu ver, a lição filosófica de Dostoiévski. E essa carência se mostra sem poder ser satisfeita pelo transbordamento excessivo das virtudes: a “compaixão” deve ser “insaciável”⁷ e a “retidão”, “desnecessária”. Exemplos como esses abundam e atravessam a obra de Dostoiévski. É essa “face russa”, que muitas vezes se confunde com a “face judaica”, que encontramos em estado bruto na “sobrecarga” (*surenchère*) e na “ênfase” levinasiana, reivindicadas como métodos e procedimentos heurísticos. Em Dostoiévski, o excesso se distribui nas relações e situações de cada personagem. Bakhtin mostrou como, nos romances, as ideias aparecem como acontecimentos, intrigas levadas por vozes, consciências, expressões polifônicas que se mostram quase ao infinito, como “verdades que se fracionam em vários tempos”.⁸ O mal, o inconsciente, o livre-arbítrio, Deus, outrem tornam-se, em Dostoiévski, personagens de romances cuja polifonia sanciona o que poderíamos chamar de *o romance da filosofia* – ao passo que existe uma enormidade de filosofias do romance. Ao afirmar que a filosofia *vem depois* da literatura, não estou com isso dizendo que a literatura seria a sua condição de possibilidade, o que seria absurdo, mas que ela nos chama a atenção para o

5 Ibid, p. 34

6 Ibid, p. 51

7 Dostoiévski, F. *Crime e Castigo*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

8 Levinas, E. *Autrement qu'être ou Au-delà de l'essence*, Paris: Kluwer Academic, 1978, p. 281.

fato fundamental da existência de “experiências pré-filosóficas”, como dizia Levinas, as quais podem ser encontradas nos *atos diversos* do *Diário de um escritor*, nos seus significados morais, sociais e metafísicos interpretados por Dostoiévski, ou mesmo (e o que poderia ser mais “filosófico”?) na provação de 1849, na qual o escritor se deparou com um pelotão de execução que se retirou no instante fatal.

A literatura é o *caderno de memórias (le memento)* do velho *deinde philosophari*. Filosofar depois, *primum vivere*: antes de filosofar, viver, gozar, comer, mergulhar em experiências felizes e terrificantes, amar, matar, morrer. Essa precedência, e a aguda consciência que frequentemente toma o escritor, lançam-no numa urgente atividade de escritura. A sua primeira tarefa é captar, roteirizar (*scripter*), fixar o que a ele se apresenta como acontecimento único e irrepetível, *sem o quê estaria condenado à perda pura e simples*, ao desaparecimento absoluto. A felicidade do escritor é proporcional àquilo que, desse real, é por ele redescoberto e trazido à luz e *a salvo*.⁹ Mesmo quando aparece de forma mais sistematizada, como n’*Os personagens*, de La Bruyère, e o mesmo poderia ser dito de Flaubert, no *Dicionário das ideias feitas*, e em *Bouvard e Pécuchet*, esse gesto de salvamento encontra-se intimamente ligado à caracterização de tudo aquilo que ele particulariza conforme a circunstância, o estado social, as relações, as línguas, as paisagens, a potência dos nomes e, absolutamente, os afetos; e essas particularizações se desdobram, cada qual tendo propriedades irreduzíveis, ao infinito das suas multiplicidades. Acredito que se possa dizer – e isso me obriga a falar de uma maneira muito geral – que a literatura, na sua anterioridade filosófica e a partir da concretização do real que ela mesma ficcionaliza, coloca-nos diante de “experiências” de abandono, liberação, desapego, que são experiências que precedem em muito a paciência do conceito.

Proust descreve uma série de experiências desse tipo, experiências de “*laisser aller*”, como ele diz, que são as tantas formas de um *conatus interruptus* – e que somente a literatura

⁹ Ver, por exemplo, a correspondência de Flaubert.

pode traduzir. “A tendência a se prolongar que todas as coisas apresentam” se abandona a uma espécie de deleite impulsivo, numa espécie de desfazimento quietista do eu: dissipamos o dinheiro de uma só vez, abandonamos o tratamento médico, não mais nos privamos do que antes nos privávamos etc. Nós nos permitimos tal abandono (*se laisse aller*), e isso é uma delícia, pois, sob o signo de tal experiência, “nada quer se conservar” (Nietzsche). As interrupções da perseverança no ser trazem um bem. O fato de o *conatus* deixar-se interromper demonstra a não existência de um *conatus* originário. O interesse de tais descrições proustianas de desinteressamento¹⁰ (Proust é, por isso, “filosófico” sem nunca ser filósofico) é que elas destituem o *conatus* de toda naturalidade. O que é natural é se entregar a uma força que é a medida de um eu inerte: a passividade mais passiva que toda passividade é mais “natural” do que a perseverança em si mesmo, que é tensão, ação, esforço (*conatus*), como quer a palavra latina. É necessário, afirma Levinas, que uma justiça seja recuperada através de um esforço sobre si que ultrapasse e assuma a ética. Poderíamos com isso dizer: é necessário o *conatus*. Evidentemente, o *conatus* existe, mas ele não pode surgir como um conceito originário. Mas, num tal instante, inauguro um gesto de transcrição, uma tradução para a língua dos filósofos e, através desse movimento, perco e traio a literatura. Esse é o preço da resposta à questão da relação entre filosofia e literatura.

Sobre esse efeito de despossessão, esse *conatus interruptus*, Montaigne, ao referir-se ao que ele mesmo chamou de “experiências” diversas, ofereceu a fórmula: “Eu me escapo de mim”, meu eu escapa de mim mesmo e, na sua fuga, ele encontra de alguma maneira a liberdade. Eu não estou submetido ao meu eu, ao meu próprio *conatus*. Essa experiência, a aproximação do que poderia ser chamado de uma liberdade heterônoma, como escreveu Levinas, a literatura tem o poder infinito de transmitir por inumeráveis caminhos, fibras e canais, o que Flaubert chamou de “poética inconsciente”.

¹⁰ No original, *involunté*, que poderia ser traduzido por “invontade”. (N. do T.)

Références

BENSUSSAN, G. *L'écriture de l'Involontaire: Philosophie de Proust*. Paris: Classiques Garnier, 2020.

DOSTOÏÉVSKI, F. *Os Irmãos Karamázov*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo : Editora 34, 2016, Livro XI, cap. VI.

DOSTOÏÉVSKI, F. *Memórias do Subsolo*. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2001.

DOSTOÏÉVSKI, F. *Crime e Castigo*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

LEVINAS, E. *Autrement qu'être ou Au-delà de l'essence*. Paris: Kluwer Academic, 1978.

Tradução do francês: Jimmy Sudário Cabral^{11*}

Recebido em: 04/03/2021

Aceito em: 07/04/2021

Publicado em abril de 2021

^{11*} Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: sudarioc@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-6598-0554>